

BIOÉTICA E EDUCAÇÃO: O EDUCADOR COMO FACILITADOR DA AUTO-ORGANIZAÇÃO PESSOAL E SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO PENSAMENTO DE EDGAR MORIN

Prof. Dr. Valdir Gonzalez Paixão Junior¹

As nossas vidas são ameaçadas não só por aquilo que as ameaça mas, também, por aquilo que as protege: a ciência e a medicina.

(Edgar Morin)

Resumo

A formação do sujeito compromissado com o presente e com o destino de si, do seu próximo e do planeta está vinculada ao processo auto-organizativo, o qual possibilitará que este sujeito, na sua complexidade, seja capaz de refletir, criticar, analisar, ponderar, decidir, responsabilizar-se, posicionar-se e assumir-se frente às questões postas no campo bioético.

No que se refere ao processo de auto-organização pessoal e social, o indivíduo depende de fatores exógenos ou hetero-organizativos, os quais estão relacionados à influência do processo educativo que se estabelece em vários espaços, dentre os quais o familiar e, em especial, o escolar. Os espaços de formação podem possibilitar condições e situações, através do processo educativo e de ensino-aprendizagem, para o desenvolvimento da autonomia do indivíduo sendo que, nestes espaços, os educadores podem desempenhar um papel fundamental de mediadores e facilitadores deste processo.

Palavras-chave: Ética, bioética, educação, auto-organização, autonomia.

Introdução

Convivemos no presente com as possibilidades de avanços jamais vistos na história da humanidade, mas também, com retrocessos e poder de destruição que nos colocam a inegociável necessidade de se pensar em uma “ciência com consciência”. “A atividade científica desenvolve poderes de manipulação e o potencial de destruição. Ela encarrega-se de ocultar os gigantescos problemas sociais, políticos e éticos gerados pela onipresença da ciência e pelo seu desenvolvimento descontrolado” (MORIN, 2011a, p. 71).

As atrocidades cometidas pelo nazismo (experimentações com seres humanos) nos campos de concentração alemães durante a Segunda Guerra Mundial, escândalos como os dos “Casos” “Brookliyn” (1966), “Willowbrook” (1966) e “Tuskegee” (1972), estes três últimos ocorridos nos EUA, apontam para o poder destrutivo e de manipulação da vida que a ciência traz consigo.

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual “Júlio Prestes de Mesquita Filho”, UNESP, Botucatu.

Atingimos o estágio supremo no desenvolvimento dos meios de transformação, subjugação e destruição da vida, e a questão da responsabilidade humana em relação a vida já não pode ser parcelada e dividida. Ao mesmo tempo e correlativamente, a vida da humanidade está em jogo na sua existência, na sua qualidade, na sua finalidade. O aumento e a multiplicação dos poderes de autoaniquilamento, desde a longínqua Hiroxima, a crise profunda em cada sociedade e a escala planetária põem-nos as duas questões doravante indissociáveis: como sobreviver? Como viver? Certamente, o homem enquanto homem, nunca esteve tão perto de sua vida e da sua morte (MORIN, 2011b, p. 468).

É diante deste quadro que surgiu a necessidade de se pensar a ciência, a partir de referenciais ético-filosóficos que de alguma forma colocasse limites ao poder de manipulação da vida por parte da ciência, contribuísse para preservar a vida dos abusos científicos ou cometidos em nome da ciência, bem como buscasse resguardar a integridade dos seres humanos e do seu meio. Alguns documentos internacionais aparecem como intenções primeiras, neste sentido: Código de Nuremberg (1947), Juramento de Genebra (1949), Declaração de Helsinque pela Associação Médica Mundial (1964); Belmont Report (1978).

O que se fez emergente foi o “avançar de uma ciência eticamente livre para outra eticamente responsável; de uma tecnocracia que domine o homem para uma tecnologia a serviço da humanidade do próprio homem”(KÜNG, *apud* GARRAFA, 1998, p. 105).

As destruições ecológicas, a aurora da bioindústria, levam-nos a redefinir e escolher finalidade de salvaguarda da vida. As manipulações sobre os genes, células, cérebros, levam-nos a formular finalidades de proteção das autonomias individuais. [...] A tomada de consciência de nossa responsabilidade pela vida – diante da vida – faz surgir esta finalidade primordial: defender, proteger e até salvar a vida (MORIN, 2011b, p. 474)

A bioética ou ética da vida (vegetal, animal, humana) nasce com o ideal de buscar uma ética global para a sobrevivência do ser humano e do planeta.

Do exposto, verifica-se que se intensificam cada vez mais os vínculos entre ciência e tecnologia trazendo consigo a premente necessidade de se fazer uma reflexão constante sobre o potencial de construção e de destruição que esta relação possibilita.

O devir da nova tecnologia depende do devir antropossocial, cuja orientação depende também da nova tecnologia. Em todo o caso, encontramos no momento de uma tomada de poder decisiva do homem sobre a vida. O novo poder sobre a vida será tão fundamentalmente controlador e tão fundamentalmente incontrolador quanto foi a tomada do poder sobre a energia atômica há quarenta anos. E concerne, mais íntima e fundamentalmente ainda, o poder sobre o homem (MORIN, 2011b, p. 470).

Auto-organização, autonomia e bioética

A auto-organização como entendida aqui, relaciona-se aquilo que constitui um sistema a partir de elementos diferentes, sendo uma unidade e uma multiplicidade, ao mesmo tempo, não podendo, sob hipótese qualquer, transformar-se o múltiplo em um, nem o um em múltiplo.

Neste ponto, pode-se pensar a organização, segundo Morin (2010, p.350), a partir do *princípio hologramático*, em que não só a parte está no todo como o todo está na parte, o *princípio dialógico*, em que os antagonismos aparecem como estimuladores e reguladores, e o *princípio da organização recursiva*, cujos efeitos e produtos aparecem como necessários à sua própria causação e produção.

A auto-organização aparece como processo permanente e indissociável de desorganização e reorganização em que há uma interdependência entre ordem/desordem/interações/organizações.

A organização produz tanto a degradação do sistema como a sua própria (entropia), mas também, a regeneração do sistema, bem como a sua própria regeneração (neguentropia). A entropia participa da neguentropia, que depende da entropia. A autopoiese aponta para esta capacidade dos seres vivos de se reproduzirem a si próprios (MATURANA e VARELA, 1980).

A ideia de autonomia aparece, aqui, ligada ao conceito de sistema, mais precisamente, de sistema aberto em busca de sua regeneração. Um sistema aberto é aquele que se abre energética e, às vezes, informacionalmente para o universo externo, que se alimenta de matéria/energia e informação (MORIN, 2010, p. 350). É um sistema que pode alimentar sua autonomia, mas mediante a dependência em relação ao meio externo.

Aqui, aparece a ideia de *homeostase*, como propriedade/capacidade indispensável aos sistemas abertos, seres vivos, em especial, de regular o seu ambiente interno em busca de sua estabilidade através de ajustes e mecanismos de regulação inter-relacionados.

Neste sentido, a ideia de autonomia está diretamente relacionada à de dependência. Assim, o conceito de autonomia aparece como relativo e relacional, ou seja, não se pode conceber a autonomia sem a dependência.

A própria liberdade aparece como o desenvolvimento de uma aptidão auto-organizacional que utiliza a aleatoriedade e a incerteza no sentido de autonomia.

Partindo-se do exposto, podemos indagar: como o conceito de auto-organização se relaciona às dimensões pessoal e social do sujeito? Como pode contribuir para uma educação bioética?

Entendemos que para compreender-se a si próprio, ao outro (alter ego) bem como o ambiente ou realidade que o circunda, para situar-se, posicionar-se, agir, intervir, o sujeito necessita de um processo auto-organizativo interno. Este processo, por sua vez, depende de fatores exógenos ou hetero-organizativos.

Neste ponto, surge a ideia de autonomia. Em Morin, a ideia de autonomia, é a de uma autonomia dependente, ou seja, a autonomia do ser vivo emerge de sua atividade de autoprodução e de auto-organização: [...] o ser vivo, cuja auto-organização realiza um trabalho ininterrupto, deve alimentar-se de energia, matéria e informação exteriores para sempre se regenerar. A sua autonomia e, portanto, dependente; a sua auto-organização, autoeco-organização (2011a, p. 207).

A resposta que o sujeito dá a si próprio, ao outro e ao mundo é fruto desta autonomia dependente de sua atividade auto-organizativa.

Transpondo para o contexto de uma reflexão bioética e numa crítica ao postulado da autonomia defendida pelo principialismo, a autonomia (capacidade de organização) é importante, mas não esgota a questão.

A autonomia deve ser compreendida como “possibilitadora” de desencadeamento de um processo mais profundo no sujeito (bio)ético, o da sua auto-organização (ações e inter-retro-interações). Assim, a autonomia pode contribuir (exocausalidade) para a auto-organização, mas somente a auto-organização, como processo endógeno de organização-desordem-reorganização, de homeostase e autopoiese, poderá produzir, pelo próprio sujeito (a partir da inter-retro-ação autonomia-dependência) esta consciência bioética.

Processos auto-organizativos, autonomia e processos formativos

As transformações sócio-política-econômicas e ambientais planetárias, bem como dos desenvolvimentos biotecnocientíficos, fazem emergir a necessidade premente da formação da consciência bioética de sujeitos éticos responsáveis, que possam criticamente analisar e se posicionar frente a todas estas transformações. Tal consciência, de acordo com o apresentado colocar-se-á na esteira de um processo formativo educacional que leve em consideração a interrelação auto-organização/hetero-organização/autonomia.

As condições e situações hetero-organizativas, através do processo educativo e de ensino-aprendizagem, possibilitado por vários espaços e interlocutores, podem possibilitar o desenvolvimento da autonomia do sujeito, entendida como capacidade de auto-organização.

A formação do sujeito compromissado com o presente e com o destino de si, do seu próximo e do planeta está vinculada ao processo auto-organizativo, o qual possibilitará que

este sujeito, na sua complexidade, seja capaz de refletir, criticar, analisar, ponderar, decidir, responsabilizar-se, posicionar-se, assumir-se frente às questões postas no campo bioético.

Por vezes, agirá na incerteza, porém não de forma inconsequente, arbitrária, mas consciente e responsável. Decidirá na urgência que uma dada situação demandará, porém tal decisão não se escorará nas argumentações e prerrogativas autoritárias do especialista, tão pouco na aplicação automática de alguns princípios, mas a partir de todo um *background* construído no transcorrer de toda a sua existência. e que possibilite um agir que demonstre capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal (DELORS, 2004, p. 102)

A educação bioética se concretizará, neste sentido, na participação nos fóruns, nos debates, nas discussões, nas decisões bioéticas de sujeitos que deixam de ser meros consumidores passivos de informações e de decisões tomadas por uma minoria especializada. Estas decisões tornam-se *res publica*, interesse comum, exercício da cidadania.

Neste ponto, a educação bioética poderia conduzir à “tomada de conhecimento, por conseguinte de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra” (MORIN, 2002, p. 61).

A educação bioética, portanto, deveria se fundamentar no que Morin (2002, p. 105) denominou de antropo-ética primando por desenvolver em conjunto, autonomias individuais, participações comunitárias e sentimento de pertença à espécie humana, caminho não impossível, mas não fácil de ser percorrido.

De acordo com o Relatório Jacques Delors (2004), é no dia-a-dia, na sua atividade profissional, cultural, associativa, de consumidor, que cada membro da coletividade deve assumir suas responsabilidades em relação aos outros. Neste sentido, há a necessidade de se “preparar cada pessoa para esta participação, mostrando-lhe os seus direitos e deveres, mas também desenvolvendo as suas competências sociais e estimulando o trabalho em equipe na escola” (DELORS, 2004, p. 61).

É neste ponto que a ação do educador pode favorecer ou desfavorecer a autonomia dos educandos. Nos casos de atitudes paternalistas, assistencialistas e autoritárias, a autonomia dos educandos poderá ser rebaixada.

Considerações finais

É preciso, pois, considerar emergencialmente que, a hipermanipulação da vida é depositária da hipermanipulação do homem (MORIN, 2011b, p. 474). Isto torna necessário

um processo formativo bioético que prime por sujeitos que não se olvidem em posicionar-se frente a este cenário. Segundo o Relatório Jacques Delors,

Mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos. Mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino (Delors, 2004, p. 100)

O objetivo supremo é, segundo Morin, a instauração de uma antropobioética, que defenda o “valor da vida e os valores da vida, a partir de uma concepção de que a bioética é inseparável de uma antropológica” (2011b, p. 474, 476).

Assim, se por um lado a complexidade bioética nos traz desafios hermenêuticos de não pouca envergadura de reflexão, por outro lado, é preciso pensar-se que tal reflexão demanda um processo formativo/educativo que provoque tal postura reflexiva e prime pela formação, de um número cada vez maior de cidadãos, de uma dada consciência bioética, sem a qual, toda discussão e decisão neste campo, que tocam a todos os indivíduos/espécie/sociedade, continuarão restritas a uma casta privilegiada de especialistas/intelectuais/políticos/empresários/elite de beneficiários.

Tal processo formativo bioético deverá, para além de qualquer pensamento disjuntivo, fragmentador, reducionista, levar em conta as condições cósmica, terrestre e humana em toda a sua complexidade, num circuito inter-retro-ativo. Para Morin, isto significa ensinar a condição humana.

Dada a complexidade inerente à própria problemática bioética, faz-se necessário não somente uma fundamentação epistemológica para a sua reflexão e práxis, mas também, a busca por modelos explicativos que façam avançar a compreensão e as possibilidades de respostas, sempre provisórias, dado o dinamismo relacionado a estas questões postas pelo contexto biotecnocientífico e sócio-político-econômico atual.

A educação bioética deve avançar na busca da formação de uma dada consciência.

Nesta busca, no processo de auto-organização pessoal e social, o indivíduo dependerá de fatores exógenos ou hetero-organizativos, os quais relacionados à influência do processo educativo que se estabelece em vários espaços, dentre os quais o familiar e, em especial, o escolar;

Os espaços de formação poderão possibilitar condições e situações, através do processo educativo e de ensino-aprendizagem, para o desenvolvimento da autonomia do indivíduo em seu processo auto-organizativo, sendo que, nestes espaços, os educadores poderão desempenhar um papel fundamental de mediadores e facilitadores deste processo.

Referências

- ARANHA, M. L. A. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, s/d.
- OZMON, H. A. e CRAVER, S. M. *Fundamentos filosóficos da educação*. 6^a. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MORIN, E. O método 6: ética. Porto Alegre: Sulina, 2011a.
- _____. O método 2: a vida da vida. Porto Alegre: Sulina, 2011b.
- _____. *Ciência com consciência*. 13^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.
- _____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 6^a. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2002.
- GARRAFA, V., KOTTOW, M, SAADA, A. (org.). *Bases conceituais da bioética: enfoque latino-americano*. São Paulo: Gaia, 2006.

BIOETHICS AND EDUCATION: THE EDUCATOR AS FACILITATOR OF PERSONAL AND SOCIAL SELF-ORGANIZATION; REFLECTIONS FROM THE PHILOSOPHY OF EDGAR MORIN

Abstract

A committed subject whose formation with the present time and the destination by itself, your closer and the Earth is bounded to the self-organizing process in all its complexity which will allow it become able to reflect, criticize, analyse, consider, decide undertakes, positioning itself, facing up to issues that turn out in the bioethics field. Regarding to the self-organizing process as a personal and social, the subject depends on exogenous or hetero-organizing factors, which are related to the educational process influence that has placed in several spaces , between them the familiar environment and the most special the educational as well. The formation spaces allow conditions and situations through to the educational process and so the teaching-learning in order to develop the subject's independence. Hence, in those spaces educators have performed an essential role as mediators and facilitators along this process.

Keywords: Ethics, Bioethics, education, self-organization, autonomy.